

A importância do jornalismo ambiental no contexto energético brasileiro¹

Juliana Sampaio Pedroso de HOLANDA²

Arthur de Oliveira ROCHA³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Resumo

O Brasil enfrenta uma situação de crise na produção de energia elétrica desde a década de 1990. Acredita-se que o problema seria atenuado com investimentos na diversificação da matriz energética do país, hoje concentrada em fontes hidrelétricas. O período de crise é propício para o incremento do debate sobre produção e consumo de energia, priorizando temas como o desenvolvimento sustentável e a utilização de fontes alternativas, menos poluentes. O interesse social perpassa pela agenda midiática, cabendo à imprensa cumprir sua função de propulsor do interesse público. A crise, conseqüentemente, é uma oportunidade de decidir o futuro energético do país, tendo o jornalismo ambiental importante papel na discussão.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Crise energética; Meio Ambiente; Matriz energética; Energia elétrica.

Introdução

Dentro de um contexto histórico, sabe-se que a Revolução Industrial⁴ marcou o início de uma nova etapa na história da humanidade, adaptando as relações econômicas ao Modo de Produção Capitalista. O aumento da produção de bens ampliou o consumo energético da sociedade da época, que utilizava como fonte primária o carvão, produto que tinha a vantagem de ser não somente a principal fonte de energia industrial do século XIX, como também um importante combustível doméstico.

Desde então, a humanidade vem ampliando exponencialmente a produção industrial e, conseqüentemente, o consumo energético buscando fontes de energia mais eficazes e capazes de suprir as necessidades. Ainda assim, o mundo está longe de alcançar um patamar de segurança energética. Conforme Yergin (2006):

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia - UFRN, e-mail: julianaholanda@gmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia - UFRN, e-mail: arthurdoliveira@hotmail.com.

⁴ Conjunto de mudanças tecnológicas que tiveram impacto no processo produtivo das fábricas e indústrias. Teve início no século XVIII, no Reino Unido.

Inevitably, there will be shocks to energy markets in the future. Some of the possible causes may be roughly foreseeable, such as coordinated attacks by terrorists, disruptions in the Middle East and Africa, or turmoil in Latin America that affects output in Venezuela, the third largest OPEC producer⁵. (YERGIN, 2006, p.81)

Nota-se que, devido a sua importância para o desenvolvimento econômico das nações e por apresentar dificuldades para atingir uma situação estável, a segurança energética conquistou valor ímpar na agenda internacional, estando sempre ligada às pautas econômica, social, política e ambiental.

Com o fim da Guerra Fria⁶ e com o surgimento dos novos temas na agenda internacional, a segurança energética passou a abranger questões políticas, sociais e econômicas. Buscou-se ampliar a cooperação no setor com vistas a diminuir as possibilidades de conflito entre Estados, analisa Baumann (2008):

To put it simply, energy security – or in other words stability – is all about security. Any longer interruption of a steady and plenty flow of energy would massively harm a nation's economic output, political stability and the personal wellbeing of its citizens. Our societies are entirely addicted to energy services, such as gas stations or electricity. Not only private households, but also the business sector and even public authorities and governmental agencies are in the dire need of energy to function properly. Hence a satisfactory supply with energy is a precondition for economic Growth and also for the legitimacy for a political entity⁷. (BAUMANN, 2008, p.4)

Após a primeira crise do petróleo, em 1973, que foi liderada pela Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), pesquisas sobre energias alternativas ganharam foco em países de todo o mundo.

Além disso, a agenda diplomático-ambiental internacional contribuiu para o aumento da necessidade de desenvolver matrizes energéticas mais limpas, em todo o

⁵ Inevitavelmente, haverá choques no Mercado de energia no future. Algumas das causas possíveis dificilmente podem ser previstas, como ataques coordenados por terroristas, perturbações no Oriente Médio e na África, ou agitações na América Latina que afetem a produção na Venezuela, o terceiro maior produtor da OPEP. Tradução livre da autora.

⁶ Período em que as duas maiores potências econômicas e militares do planeta, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entraram em conflitos indiretos por zonas de influência. A Guerra Fria teve início com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, e durou até 1991, quando a URSS foi extinta.

⁷ Para simplificar, a segurança energética – ou em outras palavras estabilidade – é tudo sobre segurança. Qualquer interrupção longa de uma corrente segura e ampla de energia iria ferir amplamente os resultados econômicos de uma nação, a estabilidade política e o bem estar pessoal de seus cidadãos. Nossas sociedades são inteiramente viciadas em serviços de energia, como estações de gás ou eletricidade. Não apenas residências particulares, mas também o setor comercial e até autoridades públicas e agências governamentais estão na necessidade extrema de que a energia funcione adequadamente. Portanto, um suprimento satisfatório de energia é uma pré-condição para o crescimento econômico e também para a legitimidade de uma entidade política. Tradução livre da autora.

planeta, que garantissem menor impacto ambiental, que estivessem em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Dalgaard e Glock (2009) entendem que a segurança energética e o abastecimento podem ser resolvidos sob um mesmo prisma:

in the long-term, the way to rectify both problems is essentially the same: namely through energy conservation and diversification to environmentally friendly energy sources (...) In this new era of energy security, in which concern for environmental threats are paramount, the most important form of energy diversification is not to maximize the number of sources of the same energy resource, such as oil, but to diversify a country's entire energy matrix towards a broad spectrum of energy resource, including more environmental friendly ones⁸. (DALGAARD e GLOCK, 2009, p.24)

O caso brasileiro de busca por uma matriz energética alternativa e com menos impactos ambientais, leva ao questionamento da possibilidade efetiva das seguranças energética e ambiental caminharem lado a lado. Baumert (2005) acredita que é impossível proteger o clima do planeta sem mudar a maneira como a energia é produzida e consumida no mundo.

A mudança dos padrões de produção e de consumo, no entanto, demanda não apenas tempo, como também investimento financeiro. Dalgaard e Glock (2009, p. 31) acreditam que “The high cost of ensuring both energy and environmental security suggests that these goals are mutually exclusive in the short term, with energy security apparently ranking higher as a priority⁹”.

Há a necessidade de políticas e de ações baseadas em planejamentos estratégicos, que agreguem segurança energética e ambiental, tendo como foco o crescimento econômico e social do país. No Brasil, energia, agropecuária e meio ambiente são setores que precisam andar em conjunto entre si e congregar esforços e ações para que haja um futuro convergente.

⁸ a longo prazo, o caminho para corrigir os dois problemas é essencialmente o mesmo: a saber, por meio da conservação de energia e da diversificação para fontes de energia mais favoráveis ao meio ambiente. (...) Nessa nova era de segurança energética, em que a preocupação por riscos ambientais é primordial, a mais importante forma de diversificação de energia não é maximizar o número de fontes da mesma matriz energética, como o óleo, mas diversificar toda a matriz de um país em um amplo espectro de recurso energético, incluindo os que são mais favoráveis ao meio ambiente. Tradução livre da autora.

⁹ “O alto custo de assegurar ambas as seguranças energética e ambiental sugerem que esses objetivos se excluem mutuamente a curto prazo, com a segurança energética aparentemente melhor classificada como uma prioridade”. Tradução livre da autora.

Cerca de 90% da energia elétrica no Brasil provêm de hidrelétricas. Apesar de ser considerada uma fonte energética com menos impactos ambientais, a concentração em um único meio provoca instabilidade no sistema sempre que há estiagem prolongada no país.

Além da pouca diversidade, a falta de investimento no setor piora a situação. O Brasil vem enfrentado problemas no setor de energia elétrica desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, a questão intensificou-se com a desigualdade entre consumo e demanda. A crise atingiu o ápice nos anos de 2014 e de 2015, como consequência direta da maior seca dos últimos 50 anos, que atingiu não apenas a região Nordeste, comumente afetada por estiagens, como também o Sudeste e o Sul do país, impactando nascentes fluviais.

Atualmente, o conceito de segurança energética gira em torno de três aspectos fundamentais: produção, distribuição e consumo. Na produção, destacam-se os estudos de novas tecnologias para ampliar a produtividade e para realizar a extração energética de forma mais eficaz, além da pesquisa por novas matrizes. Na distribuição, buscam-se formas de escoamento mais velozes, que produzam menos danos e com menos consumo energético. No consumo, tenta-se garantir o acesso de consumidores a preços viáveis, com o intuito de garantir a universalização.

É importante salientar que a questão ambiental tem atuação em todas as fases do processo energético, sendo muitas vezes fator determinante, ou pelo menos questionador, no direcionamento de projetos e de investimentos futuros.

A escolha do tema surgiu após análise da conjuntura brasileira de crise energética. Esse período da crise é considerado dentro de padrões jornalísticos um “gancho”, ou situação propícia para gerar interesse na sociedade sobre o assunto. O jornalismo ambiental é uma área de interesse social crescente e trata de assuntos ligados ao cotidiano da sociedade.

O presente estudo busca analisar a importância do jornalismo ambiental dentro de um contexto de crise energética, tomando por base o caso brasileiro. A análise poderá oferecer informações importantes sobre a cobertura ambiental no país, podendo ajudar a melhor compreendê-la e, conseqüentemente, aprimorá-la.

A pesquisa também beneficiará a comunidade acadêmica ao ampliar os estudos de jornalismo ambiental e de energia que são temas atuais e de repercussão no cotidiano da sociedade brasileira contemporânea.

O Meio Ambiente na Agenda Mundial

Com o fim da Guerra Fria e do sistema bipolar¹⁰, em 1991, as Relações Internacionais entraram em um contexto menos belicista, permitindo o foco em novas temáticas na agenda internacional, como Direitos Humanos, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Os temas que compõem a nova agenda de negociações dos países já existiam na pauta internacional, “o fim da Guerra Fria, no entanto, fez com que as preocupações e as abordagens de questões como essas deixassem de ser matizadas ou mesmo distorcidas pela disputa leste-oeste” (SATO, 2000, p.142).

Efetivamente, a temática ambiental era discutida no âmbito da Organização das Nações Unidas¹¹ (ONU) desde a década de 1940, porém o debate ganhou importância significativa na agenda internacional apenas no mundo pós-bipolar, apesar de visíveis consequências para a humanidade.

A primeira conferência das Nações Unidas que tratou exclusivamente de temas ambientais foi realizada em Estocolmo, na Suécia, em junho de 1972. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH) teve a participação de apenas dois chefes de Estado, mas ampla atuação de cientistas e da sociedade civil. O evento determinou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, no Quênia.

Além disso, a Conferência de Estocolmo marcou “a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente” (LAGO, 2007, p. 48), tendo ainda incentivado a “criação de órgãos nacionais dedicados à questão do meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais”. (LAGO, 2007, p.48)

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). A Conferência foi o maior evento organizado pela ONU: contou com a presença de delegações de 172 países, inclusive 108 Chefes de Estado ou de Governo, além de aproximadamente dez mil jornalistas e de 1.400

¹⁰ Corresponde à divisão econômica do mundo durante a Guerra Fria, quando o Capitalismo e o Socialismo coexistiram.

¹¹ Criada em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU criou um modelo representativo que visa o equilíbrio de poder entre os estados e a paz mundial.

organizações não governamentais. Paralelamente, abrigou um Fórum Global que reuniu membros de sete mil ONGs. A conferência foi tão expressiva para a humanidade que a ordem ambiental internacional é dividida “em antes e depois da Rio-92” (RIBEIRO 2001, p.146).

A CNUMAD consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável¹² e promoveu a criação de cinco documentos, considerados “os mais importantes até hoje sobre a matéria” (LINDGREN ALVES, 2001, p.65): a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que gerou o Protocolo de Quioto¹³; a Convenção sobre a Biodiversidade; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Agenda 21, um plano de ação para cada país definir junto à sociedade suas prioridades para um desenvolvimento econômico e social menos danosos ao ecossistema; e a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O embaixador brasileiro José Augusto Lindgren Alves (2001, p.76) elogia a conferência ao afirmar que “a Rio-92 equacionou corretamente os aspectos técnicos das questões ambientais, transformando o tema global do meio ambiente num assunto prioritariamente social, a exigir participação e cooperação de todos, até por motivos de segurança internacional”. O evento realizado em 1992, no Rio de Janeiro, foi o primeiro de uma série de conferências com temas sociais organizadas pelas Nações Unidas, após o fim da Guerra Fria, objetivando difundir a importância da responsabilidade e da solidariedade entre as nações na evolução de questões ímpares para o mundo.

Efetivamente, a Rio 92 encontra-se em conexão com outros debates realizados naquela década, como direitos humanos (Viena, 1993), população e desenvolvimento (Cairo, 1994), desenvolvimento sustentável (Copenhague, 1995), direito da mulher (Pequim, 1995), e assentamentos humanos (Istambul, 1996). Segundo Portela (2011):

A questão do meio ambiente tem estreita relação com a proteção dos direitos humanos. Com efeito, a degradação ambiental afeta diretamente a qualidade da vida humana e pode, em última instância, extingui-la, ao passo que a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável têm a ver diretamente com a promoção da dignidade humana. Com isso, vem-se desenvolvendo a ideia de que o direito ao meio ambiente equilibrado é parte do rol dos direitos humanos. (PORTELA, 2011, p.396)

¹² O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, no Relatório Brundtland e está previsto nos princípios 3 e 4 da Agenda 21: Princípio 3 – O direito ao desenvolvimento deve ser exercido, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades das gerações presentes e futuras. Princípio 4 – para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

¹³ O protocolo de Quioto visa limitar o aquecimento global por meio do controle da emissão de gases do efeito estufa.

Nesse contexto, a comunidade internacional percebeu que a questão ecológica não poderia ser apenas tratada de forma individual, visto que o meio ambiente é único e que as consequências de um ato em uma nação podem acarretar danos em territórios além das fronteiras onde o prejuízo foi causado, ou mesmo no planeta como um todo, a exemplo da destruição da camada de ozônio. Surge, desse modo, o Direito Internacional do Meio Ambiente:

Um dos principais instrumentos da cooperação internacional na área ambiental é o Direito Internacional do Meio Ambiente, ou Direito Internacional Ambiental, que visa regular a cooperação internacional no tema e a estabelecer parâmetros internacionais mínimos de proteção ambiental, aos quais devem se conformar todos os Estados, com vistas, em última instância, não só a promover a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como também a preservar a qualidade de vida do mundo, proteger a dignidade humana e contribuir para a própria viabilidade da existência humana na Terra. (PORTELA, 2011, p.380)

A preservação ambiental não tem por objetivo coibir o desenvolvimento econômico e tecnológico, mas desenvolver a sustentabilidade de modo que não haja danos ao meio ambiente nem reflexos nocivos na qualidade de vida da sociedade. Conseqüentemente, a questão ambiental passou a fazer parte do conceito de segurança internacional coletiva, visto que esta passou a abarcar a proteção aos recursos naturais que interessam à humanidade, assim como aos direitos humanos essenciais à preservação e à vida humana.

Timoshenko (1999) divide a segurança ecológica em três partes: a política e econômica, a militar (referente a conflitos armados) e a humana (relativa aos direitos humanos). Na política e econômica, entende que problemas ambientais podem gerar instabilidade nas relações entre os Estados; na militar, registra a implicação belicosa que pode advir de uma situação política instável; na humana, descreve a relação existente entre a destruição ambiental e a sobrevivência da raça humana.

Os diversos impactos ambientais que afetam a humanidade nas últimas décadas – como o aquecimento global, as enchentes e as inundações, a seca e a desertificação¹⁴, a elevação do nível dos oceanos, a destruição da camada de ozônio, a poluição, a extinção de espécies da fauna e da flora, entre outros – demonstram a total coerência em desenvolver o tema em âmbito global e a necessidade de se aprimorar as relações internacionais sobre o aspecto ambiental.

¹⁴ Desertificação é um fenômeno em que um determinado solo é transformado em deserto, por meio da ação humana ou de efeitos naturais. A vegetação se reduz ou acaba totalmente, o solo perde suas propriedades, tornando-se árido e infértil.

Um dos conceitos de maior destaque dentro da temática ambiental na atualidade é o desenvolvimento sustentável. A expressão surgiu em 1987, em um relatório desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. O documento nomeado *Nosso Futuro Comum*, também é conhecido como Relatório Brundtland em homenagem à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou as atividades da comissão.

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. (BRUNDTLAND et al, 1991, p. 9).

O relatório faz uma ligação entre sustentabilidade e economia, apontando a pobreza, as desigualdades sociais e o comportamento dos países ricos como incompatíveis com um desenvolvimento sadio para o planeta:

A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza. (...) Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta – quanto ao consumo de energia, por exemplo. (BRUNDTLAND et al, 1991, p. 9 e 10).

O texto enfatiza ainda a importância da participação concreta dos cidadãos na política internacional, realçando o valor ímpar da democracia para um ecossistema mais saudável:

O atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento econômico para as nações cuja maioria da população é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento. Tal equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões em âmbito internacional. (BRUNDTLAND et al, 1991, p.10).

O documento *Nosso Futuro Comum* mantém-se atual. O conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido, mas as recomendações para atingir um estágio desenvolvimentista menos agressivo ao planeta ainda permanecem como ideais. Os avanços

humanitários e sociais alcançados pela humanidade nas últimas três décadas não foram suficientes para mudar a cultura de devastação e de consumo que impera na sociedade contemporânea. Os avanços tecnológicos são reféns da economia e auxiliam bem menos do que poderiam. Nesse contexto, o Relatório Brundtland continua como um norte para a humanidade.

Atualmente, avalia-se que o “potencial transformador das sociedades modernas se multiplica numa velocidade muito maior do que a necessária para que as pessoas possam compreender ou refletir sobre seus impactos futuros” (SEVCENKO, 2005, p.44 e 45). Nesse sentido, as discussões sobre o meio ambiente ganham mais proeminência na agenda das relações internacionais contemporâneas, de forma a conscientizar a sociedade e os Estados sobre a necessidade de ações efetivas para minimizar os impactos ambientais das ações antropogênicas.

O papel do Jornalismo Ambiental

A atividade jornalística segue a tendência contemporânea de subdivisões e especializações. Dentre as linhas do jornalismo, existe a ambiental, definida como “processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado” (BUENO, 2007, p.35).

Nessa perspectiva, “scientific and environmental journalism are increasingly important areas that need to have quality constantly improved. Professionals who work in these fields have the ethical obligation to provide the best information possible to their public¹⁵” (HOLANDA, 2010, p.80).

Efetivamente, as primeiras coberturas sobre meio ambiente surgem após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e ganham força com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A temática ambiental passou a ter presença regular na agenda midiática por meio da cobertura de assuntos como a destruição da camada de ozônio, o desenvolvimento sustentável, a poluição, o uso de agrotóxicos, o aquecimento global, o derretimento das calotas polares, a biotecnologia, a energia alternativa, dentre outros.

¹⁵ O jornalismo científico e ambiental são áreas de importância crescente que precisam ter a qualidade constantemente melhorada. Profissionais que trabalham nesses campos possuem obrigações éticas de prover o público com a melhor informação possível. Tradução livre da autora.

O jornalismo ambiental possui três funções principais: informativa, pedagógica e política. A primeira “preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental” (BUENO, 2007, p.35); a segunda “diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais” (BUENO, 2007, p.35); e a terceira “tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (BUENO, 2007, p. 35 e 36).

O objetivo de um jornalista da área ambiental não difere das metas em outros setores da imprensa no que diz respeito aos valores comuns, como a ética profissional e a busca pela verdade. No entanto, esse segmento possui obrigações extras, no que concerne, por exemplo, à tradução da linguagem acadêmica e ao trabalho com temas que possuem impactos globais e a gerações posteriores.

No Brasil, a pauta ambiental está presente nos principais meios de comunicação, há décadas. A temática ainda é muitas vezes ligada a coberturas econômicas. As características naturais do país, entretanto, permitem explorar uma diversidade de temas ambientais e essas possibilidades podem ser melhor aproveitadas quando relacionadas a questões de interesse público.

No caso da crise energética brasileira, o jornalismo ambiental possui um momento ímpar para desenvolver-se e aprimorar-se. A sociedade hodierna é diretamente afetada pelo cenário de crise energética e a opinião pública encontra-se em processo de amadurecimento que pode contribuir para a escolha de futuros investimentos nesse setor.

Atuando nesse contexto, o jornalismo ambiental preenche as três funções básicas citadas por Bueno: informativa, pedagógica e política. É um momento em que o jornalismo pode não apenas prestar um serviço à sociedade, como também evoluir e encontrar novos formatos de atuação conjunta com a opinião pública. É importante enfatizar que “The job of the news media is not to try to solve all the world’s problems, but to shake awake the world’s conscience. Good journalism can do that¹⁶”. (SEIB, 2002, p.14)

¹⁶ O papel da mídia não é tentar resolver todos os problemas do mundo, mas acordar a consciência do mundo. O bom jornalismo pode fazer isso. Tradução livre da autora.

Considerações Finais

O desenvolvimento econômico-sustentável de qualquer nação depende da capacidade que essa tem de aliar as seguranças energética e ecológica em projetos de diversas áreas. A própria viabilidade da vida humana na Terra depende do progresso desses setores.

Os padrões de consumo e de produção da sociedade contemporânea, as instabilidades econômicas causadas pelo petróleo e uma crescente conscientização ambiental e ecológica, ligada às mudanças climáticas e à destruição do meio ambiente, são os principais agentes motivadores para que o setor energético mundial concentre seus esforços na busca por matrizes mais limpas. Na análise de Furtado (1995),

A partir de 1973 inicia-se verdadeiramente uma profunda reformulação da trajetória de desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial em direção a inovações poupadoras de energia. Um novo paradigma, intensivo em informação, começa a se estabelecer difundindo tecnologias propensas a economizar recursos energéticos e materiais, ao contrário do paradigma anterior. No entanto, o processo de difusão do novo paradigma na economia mundial está ampliando as assimetrias e gerando trajetórias de desenvolvimento tecnológico divergentes entre Primeiro e Terceiro Mundo. (FURTADO, 1995, p.6)

Atualmente, no contexto econômico e ambiental, o Brasil enfrenta uma crise energética. Esse fato pode gerar discussões acerca de métodos alternativos de energia, de baixos impactos ambientais e com ganhos econômicos e sociais, similarmente ao ocorrido na década de 1970, quando o Primeiro Choque do Petróleo motivou o desenvolvimento de fontes de energia alternativa no país, com destaque ao Proálcool¹⁷, cujo produto originado – o etanol advindo da cana-de-açúcar – foi difundido internacionalmente.

A crise energética é, por conseguinte, um período propício para a difusão da temática ambiental, parte fundamental da agenda da sociedade contemporânea no Brasil. Nesse cenário, o jornalismo ambiental, assim como outras áreas da imprensa nacional, possui um compromisso social e deve atender às necessidades coletivas, estimulando o debate sobre desenvolvimento de novas fontes de energia e ampliação da matriz energética brasileira.

¹⁷ Programa Nacional do Alcool criado pelo Governo Federal em 1975, considerado o maior e mais bem-sucedido programa de substituição de combustíveis derivados de petróleo do mundo. Com o Proálcool, o uso e a produção dos biocombustíveis, principalmente do etanol advindo da cana-de-açúcar, foram consolidados, através de pesquisas que possibilitaram o avanço tecnológico no setor. Apesar de o programa não especificar a matéria-prima que seria utilizada para a produção do combustível, percebe-se que a escolha da cana foi consequência de um processo histórico.

Efetivamente, “environmental subjects do interfere directly in everyday life and can lead to important discussions and actions that can improve the present and the future¹⁸”. (HOLANDA, 2010, p.80)

Referências Bibliográficas

BAUMANN, Florian. Energy Security as multidimensional concept. In: **CAP Policy Analysis, Center for Applied Policy Research**, nº1, março, 2008. Disponível em: <<http://www.cap.lmu.de/download/2008/CAP-Policy-Analysis-2008-01.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2015.

BAUMERT, K.A. The Challenge of Climate Protection: Balancing Energy and Environment. in Kalicki, J.H. & Goldwyn, D.L. (eds.). **Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2005.

BRUNDTLAND et al. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em 20 jun. 2015.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, UFPR, n.15, p. 33-44, jan/jun 2007. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/Jornalismo-Ambiental_A1%C3%A9m-do-conceito.pdf>. Acesso em 19 jun. 2015.

DALGAARD, Klaus G; GLOCK, Asa E. C. T. The dialectics of energy security interdependence. In: **International Studies Association Convention**, 2009, New York. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/3/5/2/pages313529/p313529-1.php>. Acesso em 15 jun. 2015.

FURTADO, A. T. Opções Tecnológicas e Desenvolvimento do Terceiro Mundo. In: Clóvis Cavalcanti. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortes, 1995, p. 256-275. Disponível em: <http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>. Acesso em 14 jun. 2015.

HOLANDA, Juliana. **The challenges of scientific and environmental journalism: The second generation biofuels**. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing, 2010.

LAGO, André. **Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag/IBRI, 2007.

¹⁸ Temas ambientais interferem diretamente na vida cotidiana e podem gerar discussões e ações importantes que podem melhorar o presente e o futuro. Tradução livre da autora.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: Funag/IBRI, 2001.

PESSUTO, Niala. **Projeção brasileira em energias renováveis**: a política externa do governo Lula para os biocombustíveis. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28386/000770834.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16 jun. 2015.

PORTELA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado**: incluindo noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário. 1a. ed. Salvador: Juspodivm, 2009. v. 01. 832p.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SATO, Eiiti. Agenda Internacional depois da Guerra Fria: Novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2000.

SEIB, Philip. **The global journalist**: news and conscience in a world of conflict. Oxford: Rowman & Littlefield, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TIMOSHENKO, Alexandre. “Ecological security: Response to global challenges”. In WEISS, Edith Brown (org.). **Environmental Change and International Law**. Tokyo: United Nations University Press, 1999.

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v.85, n.2, p.69-82, 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-03-01/ensuring-energy-security>>. Acesso em 13 jun. 2015.